19

DILEMAS PARA A USP DO FUTURO: AUTONOMIA, FINANCIAMENTO, EXCELÊNCIA ACADÊMICA E INCLUSÃO SOCIAL

ENTREVISTA COM SIMON SCHWARTZMAN

10 DE DEZEMBRO DE 2021

Amâncio Oliveira:

Coloco uma questão bem ampla no sentido de entender a sua percepção sobre o papel da USP como Universidade que vem ao longo do tempo se massificando, uma universidade de grande porte, pública e abrangente. Você tem algumas universidades de nicho como a Caltec, outras universidades menores de nicho, e a USP acaba sendo uma universidade muito abrangente e massificante. Qual é a sua perspectiva sobre riscos, benefícios, se esse é o modelo ou qual é a sua avaliação sobre isso?

Simon Schwartzman:

A USP é, de longe a universidade mais importante do Brasil, e grande, deve ter mais de 100 mil alunos entre pós-graduação e graduação. Uma instituição desse porte pode fazer coisas diferentes, ela não tem por que fazer

DOI 10.4322/978-65-5684-054-3.c19

uma coisa só. Seria possível pensar em cenário em que a USP se especializasse como uma instituição de pesquisa de alto nível e só fizesse isso, mas, dado seu tamanho, não creio que seja o mais adequado. Ela pode e deve fazer coisas diferentes, com alguns setores mais voltados para a pesquisa e pós-graduação de ponta, outros para o ensino profissional, e atender a estudantes de diferentes condições sociais.

O importante é que ela tenha clareza sobre o que está fazendo. **Assim, um programa de pós-graduação e pesquisa de alto nível não pode ter políticas que comprometam sua qualidade, o que não impede que seus dirigentes trabalhem ativamente para diversificar os alunos que recrutam.** Se o objetivo é fazer uma política de inclusão, trazendo estudantes que, por sua educação prévia, não seriam aprovados nos exames seletivos tradicionais nem acompanhar os cursos mais exigentes, eles deveriam atender a cursos mais práticos, adequados às suas condições, e não serem incluídos em programas nos quais acabariam desistindo.

A USP pode e deve fazer coisas diferentes, mas não pode fazer tudo, e seu papel precisa ser pensado no contexto das outras instituições de ensino superior e pesquisa que existem no Estado de São Paulo. Assim, por exemplo, as FATECs, do sistema Paula Souza, se especializaram em cursos superiores curtos, os chamados "cursos tecnológicos", e não me parece que USP deva investir nesta área, porque não tem a tradição e a cultura institucional adequada para atender os estudantes que buscam este tipo de curso. Em síntese, penso que uma instituição como a USP não pode deixar ser inclusiva e atender a estudantes que não teriam um acesso pelos procedimentos tradicionais de seleção pelas vias normais do ensino superior. Mas ela tem padrões de qualidade dos quais não pode abrir mão, e tem que saber como concilia essas coisas.

Marcílio Alves:

E essa inclusão se expandiria para a pós-graduação também?

Simon Schwartzman:

Tal como no ensino superior, **o principal mecanismo de inclusão na pós-graduação não deve ser trazer pessoas de diferentes perfis e condições sociais para os cursos tradicionais, e sem criar um leque mais amplo de possibilidades que possa atender bem a pessoas com diferentes condições e necessidades.** Há uma certa confusão no Brasil entre pós-graduação enquanto aperfeiçoamento profissional e pós-graduação enquanto formação para pesquisa. Tipicamente, no mundo inteiro, os cursos de mestrado não têm por objetivo a formação de pesquisadores, e sim proporcionar uma formação profissional mais avançada ou mais especializada do que é dado nos cursos de graduação. Assim, eu faço um curso de engenharia, eu faço um curso de administração, do que for, e depois eu faço uma especialização para me capacitar melhor para o mercado de trabalho. O mestrado é isso.

No Brasil acabamos criando um mestrado acadêmico, chamado de "estrito sensu" e ao mesmo tempo uma pós-graduação mais profissional, não regulada, de "lato sensu", que o Ministério da Educação não registra em suas estatísticas, mas aparece nas pesquisas domiciliares do IBGE. No passado, os mestrados acadêmicos funcionavam como mini-doutorados, com o principal objetivo de proporcionar titulação acadêmica para professores do sistema universitário, e eram entendidos como cursos preparatórios para os doutorados. Mas na prática não é assim, muitos estudantes buscam os mestrados acadêmicos para se qualificar para o mercado de trabalho, da mesma forma que outros buscam os MBAs e as especializações, mas aproveitando as vantagens dos cursos gratuitos e das bolsas de pós-graduação disponíveis nas instituições públicas. A orientação excessivamente acadêmica dos mestrados acabou levando à criação desta figura estranha que são os mestrados profissionais regulados, submetidos

às regras de avaliação da CAPES, ignorando que já existe um grande sistema de mestrados não regulados, que são os MBAs e os cursos de especialização, que já vêm cumprindo este papel de formação pós-universitária especializada. Também se criou a figura do “doutorado profissional”, que não vingou. Existe, nos meios acadêmicos, desconfiança quanto a estes mestrados não regulados, considerados como muitos como meros caça-níqueis, mas o fato é que são muito demandados e se traduzem em ganhos substanciais no mercado de trabalho.

A própria USP, ao lado dos programas de pós-graduação estrito sensu, mantém muitos cursos de especialização não regulados, que são pagos e geram rendas substanciais para os departamentos e faculdades que os ministram. **Me parece esta separação rígida entre programas de pós-graduação regulados, acadêmicos e fortemente subsidiados e a pós-graduação não regulada deveria ser superada, e evoluir para um sistema muito mais flexível de mestrados profissionais e doutorados de pesquisa e alta especialização. Os alunos de doutorado não precisam passar por um mestrado, deveriam ser selecionados logo que terminem os cursos de graduação, fazendo com que terminem sua formação mais cedo.**

Quando falamos de inclusão, tanto na graduação quanto na pós-graduação, precisamos ter clareza sobre o que estamos falando. Uma coisa é constatar, por exemplo, que existem poucas mulheres nos cursos de tecnologia, ou que os estudantes costumam vir do mesmo grupo social ou étnico, e procurar modificar isto. Esta é uma preocupação legítima, que deve conduzir a políticas de seleção mais ativas e menos burocráticas dos alunos, assim como atividades de estímulo, preparação prévia e apoio diferenciado para quem necessite. Outra coisa são as políticas de cotas que garantem vagas para determinados grupos de forma automática. Pode haver metas – por exemplo, de atingir um determinado percentual de mulheres ou pessoas de outras regiões ou de escolas públicas em determinado tempo –

mas não me parece que cotas, sobretudo raciais, sejam um bom mecanismo. Nos mestrados, pode haver uma grande variedade de cursos, adaptados a estudantes com diferentes perfis e necessidades, inclusive com padrões diferentes de exigência. Nos doutorados, me parece que não se pode renunciar ao fundamental, que é o de formar pesquisadores e especialistas de alto nível, capazes de trabalhar na ponta do conhecimento.

Amâncio Oliveira:

Mas isso está impactando não só nas escolhas sobre graduação e pós-graduação, a seleção e a manutenção etc., mas no próprio perfil da carreira do professor, na medida em que o que está se optando é por avaliar também a carreira como extensionista, a carreira como docência e a carreira como pesquisador, dando equivalência a essas carreiras. Portanto, a excelência de pesquisa que sempre puxou a universidade, agora está sendo fracionada com diferentes perspectivas.

Simon Schwartzman:

Mesmo na USP, que é uma instituição onde a parte de pesquisa é pesada, comparada com outras, a principal atividade de professores e alunos não é de pesquisa, mas de ensino. **A ideia de que todo professor deve ser considerado ao mesmo tempo um pesquisador é um equívoco. Na maior parte das instituições federais, por exemplo, a parte de pesquisa é pequena, mas quase todos os professores têm contratos de tempo integral e dedicação exclusiva como se fossem pesquisadores. Isto aumenta o salário de todos, mas, como são muitos, estes salários acabam se achatando.** Seria mais lógico que houvesse diferentes carreiras, com diferentes níveis de dedicação e remuneração, para professores pesquisadores e professores que se dedicam exclusivamente à docência, que poderiam combinar o ensino, por exemplo, com a prática profissional, trazendo uma experiência que poderia ser muito positiva para os estudantes.

Marcílio Alves:

Mas aí o senhor admitiria nesse modelo não só o professor que forma alunos, que dá aulas etc., como pesquisador, mas também esse terceiro tópico que o Amâncio falou, de extensão, aquele professor que dedica mais a consultorias, a atendimentos a pessoas, sociedade?

Simon Schwartzman:

Uma universidade com a complexidade da USP pode ter lugar para coisas diferentes. Na Universidade de Harvard, por exemplo, existem mestrados profissionais em que os professores não são necessariamente da carreira, mas profissionais do mercado de trabalho, os alunos fazem cursos de um ano e terminam com um título de Harvard que na verdade é uma qualificação profissional, muito diferente de um título dos cursos regulares de doutorado. O que a Universidade faz, no caso, é zelar pela qualidade dos cursos, conforme seus objetivos e seu público. É preciso ter um sistema plural de formação e de contratação. Uma coisa é o sistem mais clássico, em que os professores entram em uma carreira de pesquisa, tempo integral, dedicação exclusiva, e são avaliados por suas publicações etc. Outra coisa é o professor de ensino, que pode ser contratado em tempo parcial, um bom médico que dá um bom curso de medicina, ou um bom engenheiro que dá um curso prático de engenharia. Não é um pesquisador de ponta na área da engenharia ou na área médica, mas pode ser um bom professor, que pode trazer a experiência clínica para o curso dele. Você pode ter perfis diferentes dentro da instituição, e uma instituição desse porte tem que ter, ela não pode ter todo mundo do mesmo perfil, pelo menos é como eu penso. Se não você cai em instituições pequenas, aí você faz um MIT, onde todo mundo é pesquisador, mas lá tem 5 mil alunos e a USP tem 100 mil.

Amâncio Oliveira:

Mas se poderia chegar a titular sendo...

Simon Schwartzman:

Eu não sei se titular, aí de novo você cai em uma questão burocrática, não é? Por que todos os professores devem ser alinhados na mesma carreira burocrática, como funcionários públicos? O ideal seria ter diferentes maneiras de entrar na instituição, com diferentes papéis e diferentes regras de promoção, alguns como professores pesquisadores, outros como professores de ensino, outros como técnicos pesquisadores etc. Deve ser possível pensar em um formato mais flexível.

Marcílio Alves:

Menos piramidal, o senhor diria? A carreira da USP é muito piramidal.

Simon Schwartzman:

Eu diria mais diferenciado. **Em uma faculdade mais orientada para a formação para o mercado de trabalho, como por exemplo uma faculdade de administração, não precisa nem deveria ter todos seus professores como pesquisadores.** Professores de cursos de licenciatura precisam conhecer bem as matérias de ensinam, podem ter um doutorado de educação, mas não necessariamente de pesquisa. Em uma universidade como a USP, com – sei lá – 10, 20 mil professores, não me parece que se pode avaliar a todos pelas mesmas regras acadêmicas tradicionais. Para fazer isto, você teria que verificar se todos são pesquisadores mesmo, em um sentido estrito – por exemplo, se publicam um número determinado de artigos em revistas internacionais, ou tantas patentes – e excluir o resto. Mas isto não faz sentido, porque a maioria que não está fazendo pesquisa de ponta pode estar fazendo um trabalho educativo importante. Quantos médicos estão na área médica fazendo um trabalho importante, atendendo hospitais, formando alunos na prática médica, e não são pesquisadores? O contrato dele deve ser diferente do de um físico que está lá fazendo pesquisa no laboratório.

Inclusive porque o médico ganha mais por fora, e o físico

não pode, não é? O médico pode ter consultório, enfim, o médico tem outras maneiras de ganhar dinheiro.

Marcílio Alves:

É, eu ia perguntar isso sobre a parte de remuneração porque se existem esses professores que estão dando consultorias, eles tendem a ganhar mais do que aqueles que estão dando aulas, não é? Isso não é um problema, um conflito?

Simon Schwartzman:

Não necessariamente. Na Inglaterra ou Estados Unidos as universidades públicas têm autonomia para negociar os salários dos professores que querem contratar, conforme sua necessidade e as condições do mercado de trabalho das diferentes profissões. Se você quiser que a USP tenha professores médicos de primeira qualidade, você precisa permitir que eles combinem o salário universitário com renda da clínica privada, senão eles vão embora. Sei que, na área de economia, a USP já está perdendo economistas de primeira linha para instituições privadas como o Insper e a Fundação Getúlio Vargas, que se organizaram para oferecer salários e condições de trabalho competitivas. Nesta área, a universidade pública está perdendo a batalha por talento com instituições privadas, e seria uma pena que isto se generalizasse.

Amâncio Schwartzman:

Isso gera um ambiente competitivo na universidade e hoje na USP é tudo eleição, as comissões de avaliação, tudo é eleição, por esse mecanismo é quase impossível você diferenciar salário... parece uma guerra, não é?

Simon Schwartzman:

Não precisa ser uma guerra, e nem tudo deve ou precisa ser definido por eleições. Não é assim que funciona nas principais universidades do mundo. **Quando o professor faz consultoria, ou pesquisa em parceria com uma empresa privada, existe um conflito potencial de**

interesses, mas também um ganho importante, que é manter o vínculo da universidade com o mundo empresarial, que funciona também como ponte para que os alunos entrem no mercado de trabalho. O conflito de interesses pode ser administrado com regras claras sobre distribuição de tempo dedicado ao ensino regular, à pesquisa e à consultoria, sobre patentes, propriedade intelectual e outras. Tem várias maneiras de cuidar para que a universidade não se transforme em um mero lugar que certas pessoas usam para fazer outras coisas. E a abertura para o mercado de trabalho, sobretudo nas áreas profissionais, traz benefícios, e é uma maneira de reter as pessoas competentes que poderiam preferir outras alternativas.

Marcílio Alves:

Muitas funções, como por exemplo na USP, o prefeito do Campus que cuida das árvores, do jardim, é de um professor. Não é que tem que ser, mas ele é usado em barganhas etc. para dar um cargo para o professor. Os professores não deveriam estar fazendo coisas mais afins à formação deles?

Simon Schwartzman:

Certamente. Você tem que ter um quadro administrativo, que não é a mesma coisa que o quadro de professores. Mas é muito natural que professores mais sêniores possam ocupar funções administrativas nas áreas acadêmicas, como chefe de departamento por exemplo. Posições de liderança institucional muitas vezes são ocupadas por pessoas que têm uma carreira acadêmica e depois, a partir de certo momento, acabam se envolvendo mais na parte administrativa do que propriamente na pesquisa, no ensino. Isso acontece em toda parte. O professor já deu muita aula, já pesquisou muito, agora chegou o momento em que pode que estar mais envolvido com atividades institucionais e administrativas, conhece bem a sua área e é conhecido e respeitado pelos colegas. Agora, exigir que um prefeito que cuida das árvores, que cuida das ruas, do estacionamento ou do restaurante, tenha um currículo acadêmico, me parece

que é uma evidente aberração. A universidade precisa ter um setor um administrativo independente, com regras próprias, além de um quadro técnico que trabalha nos laboratórios de pesquisa, e que precisa ter competência, por exemplo, para dar manutenção e operar os equipamentos mais complexos. Em cada uma das funções deve haver possibilidades de promoção e carreiras, e pessoas com diferentes níveis de qualificação.

Amâncio Oliveira:
Valeria para a escolha de reitor também?

Simon Schwartzman:
Eu escrevi um artigo outro dia, que saiu no jornal *O Estado de São Paulo*, sobre isso. O sistema de escolha de reitores não deve ser como ele é, por eleição ou por indicação interna. No resto do mundo não é assim. **O reitor não tem por que ser da própria universidade, existem boas razões para trazer alguém de fora, com novas experiências e perspectivas. O ITA faz isso no Brasil. Um dos problemas que sabemos que a USP tem é esse, essa tradição de que tudo vem de dentro. As pessoas se formam por lá, viram professores, são eleitas, contratam seus alunos etc. Esta cultura de endogenia prejudica a instituição, porque dificulta incorporar novas maneiras de pensar, novas perspectivas.** A USP, como as demais universidades brasileiras, é provinciana, pouco internacionalizada, quase não tem professores e alunos estrangeiros, ainda que muitos de seus professores tenham feito cursos de pós-graduação e estágios em instituições fora do país.

A USP é uma das principais instituições de ensino superior da América Latina, seria natural que tivesse um grupo significativo de estudantes de todo o continente, por que não tem? Uma das razões é que o estudante estrangeiro não traz recursos, mas requer atenção especial, acompanhamento, residência, é um custo e um problema, e por isto a universidade não se empenha em internacionalizar seu corpo discente. Eu dei aula na USP um tempo, e vi isso.

Tive um aluno que chegou da África, não falava direito português, estava completamente perdido, não sabia o que fazer, ninguém orientava, não tinha onde buscar ajuda. Isto é muito diferente do que ocorre nas universidades públicas de países como Austrália, Estados Unidos, Canadá e Inglaterra, para as quais os estudantes estrangeiros são uma fonte substancial de renda, e por isto se organizam e investem na internacionalização de seu alunado.

O mesmo ocorre com os professores, não há uma política ativa de recrutamento e incorporação de professores estrangeiros nem oriundos do mercado de trabalho no Brasil ou no exterior. A existência de um número significativo de professores e alunos estrangeiros daria à USP um ambiente cosmopolita que seria muito interessante para os estudantes e professores brasileiros.

Mais amplamente, o recurso mais importante de uma universidade é o talento de seus professores, e uma universidade como a USP deveria estar todo o tempo trabalhando para atrair e manter talentos nas diversas áreas de conhecimento, no Brasil e no exterior, competindo com outras instituições, oferecendo diferentes condições de trabalho e de remuneração. Sem isto, ela tende a se isolar e perder relevância.

Marcílio Alves:

O senhor falou sobre a presença do alunado no Campus, a integração, a internacionalização etc., mas quando se pensa na pandemia, os alunos não foram mais ao campus. Como seria no futuro a USP com essa vivência de dar aulas pela internet, e ao mesmo tempo esse conflito com o ensino a distância, EAD. Como você vê isso no futuro da USP?

Simon Schwartzman:

Para o jovem que está saindo do ensino médio, que tem 18, 20 anos de idade, o ensino presencial é insubstituível. A convivência diária, o contato com os colegas, o contato

com os professores, a experiência da vida universitária, os conhecimentos tácitos que se desenvolvem na relação pessoal e as redes que se estabelecem são coisas que você não substitui.

Mas isto não significa ficar necessariamente sentado cinco ou seis horas diárias na cadeira ouvindo os professores. Com as novas tecnologias, é possível trabalhar com horários flexíveis, buscando recursos de informação onde estejam, e colaborando com colegas de outras instituições. Cada vez mais, os espaços de convivência no campus se tornam tão ou mais importantes quanto as salas de aula e as bibliotecas tradicionais.

Não me parece que o ensino presencial esteja destinado a desaparecer. No Brasil, o aluno típico do ensino à distância não é este, mas sim pessoas mais velhas, de 30 ou 35 anos, que trabalham durante o dia, e que muitas vezes não tiveram como fazer um curso superior regular por falta de condições. Para este aluno, a educação à distância pode ser muito melhor do que os tradicionais cursos noturnos, inclusive porque permitem o uso de materiais didáticos de qualidade e processos de acompanhamento que não existem nos cursos tradicionais. A USP tem alunos de diferentes perfis, e poderia muito bem avançar na adoção de técnicas de educação à distância para determinadas carreiras, sobretudo na modalidade de cursos híbridos, em que o trabalho à distância se alterna com períodos de convivência presencial.

Evidentemente, é possível avançar mais no uso de recursos à distância nos cursos presenciais. Em vez de fazer um curso com o professor X, da universidade local, ou posso fazer um curso à distância com um professor excepcional de outra instituição no país ou no exterior, com o professor local trabalhando para ajudar a entender e aprofundar com os alunos a aula remota. No limite, o aluno deve poder ir buscar o conhecimento onde estiver, o que não significa que os professores locais e o ensino presencial vão desaparecer.

Marcílio Alves:

É, só um comentário, a gente vê os estudantes usando cursos de outras universidades como complemento e etc. Os alunos são muito dinâmicos e sensíveis aos novos tempos, não é?

Simon Schwartzman:

Exatamente.

Amâncio Oliveira:

Eu acho que uma questão também, de perspectiva da universidade, é com relação ao seu financiamento, não é? Me parece que nós estamos sob pressão com relação ao ICMS, que pode ter alguma revisão, e uma questão importante é contar com o financiamento privado, isso é uma coisa quase como um tabu, a dificuldade burocrática avançou em algumas áreas. Qual a sua avaliação de uma aproximação mais forte com o setor privado para efeito de financiamento e também de formação?

Simon Schwartzman:

É possível avançar mais na obtenção de financiamento privado, mas uma instituição como a USP, que custa bilhões de dólares anuais, não teria como sobreviver sem recursos públicos substanciais.

Eu sou a favor de cobrar dos estudantes nas universidades públicas, de quem puder pagar, mas sei também que isto hoje é legalmente impossível no Brasil, talvez mude no futuro. A Austrália desenvolveu um sistema muito interessante para suas universidades públicas, que tem sido muito discutido e adotado em outras partes, que é o do crédito educativo associado à renda futura. Por este sistema, os estudantes, ao entrar na universidade, contraem uma dívida que é paga depois de formado como uma proporção de seus rendimentos, através de uma cobrança através do sistema de imposto de renda. Então o aluno entra, não gasta nada, não paga nada, mas assume um compromisso de ressarcir a universidade depois de

formado. É um sistema que não discrimina ninguém, se o aluno não conseguir emprego ele não paga, se conseguir ele vai pagar de forma proporcional ao que ganha. Mecanismos como este poderiam ser adotados e trariam um recurso importante para as instituições.

Na área da pesquisa dá para avançar mais, com convênios com instituições privadas para determinados projetos. Mas o setor privado brasileiro não investe muito em pesquisa, na verdade as grandes empresas que investem no Brasil são as estatais, a Petrobras etc., então não acho que se possa avançar muito em relação a isto, embora se possa melhorar.

O sistema de financiamento da USP e outras universidades paulistas, de percentagem fixa do ICMS, deu às universidades paulistas um grau de autonomia e flexibilidade que as federais não tiveram, e neste sentido foi muito positivo. Mas na verdade é um sistema que não faz muito sentido, porque, pensando bem, o orçamento deveria ser estimado a partir de um cálculo do que cada instituição precisa para cumprir seus objetivos. No formato atual, se, em determinado ano, o ICMS aumenta, a universidade recebe mais do que necessita, e, menos se cai. E existe ainda o problema de as universidades reterem uma percentagem fixa relativamente arbitrária dos recursos do Estado, que poderiam estar sendo alocados para outros fins igualmente ou mais meritórios. Então, me parece que seria bom evoluir para um sistema melhor, mas ele certamente teve o seu papel.

Marcílio Alves:

E quanto à Fapesp, que tem uma porcentagem do imposto para pesquisa?

Simon Schwartzman:

O caso da Fapesp é diferente, porque a Fapesp não tem custo fixo alto como a USP. Na Fapesp, quase todo dinheiro é de fomento, investimento, o custo administrativo é muito

pequeno. Então se você der um dinheiro mais significativo e ela for bem gerida, como ela tem sido, me parece, ela pode ter um impacto mais importante. A ideia da Fapesp de ter recursos de fomento significativos e fixos, com a certeza de que os recursos vão chegar, me parece mais justificável do que para as universidades, cujos grandes custos são de custeio.

Amâncio Oliveira:

Eu gostaria de voltar à questão das cotas. Existe um grande debate na pós-graduação se a gente deveria ter cotas para PPI de bolsas, não é? Eu não sei se é justo financiar um aluno de classe média alta, negro, em detrimento de um branco pobre. Qual a sua avaliação disso?

Simon Schwartzman:

Não me parece que os estudantes de pós-graduação, sobretudo de mestrado, deveriam ter bolsas de estudo como regra geral. Eu olhei recentemente o nível de renda familiar média dos estudantes de pós-graduação no Brasil, através da Pesquisa Domiciliar do IBGE, a PNAD contínua, e observei que que ela é muito maior do que a dos alunos dos cursos de graduação. Além disto, os que completam a pós-graduação aumentam muito significativamente sua renda depois de formados. Estes estudantes, em geral, não precisam de bolsa, embora possam eventualmente precisar de crédito educativo para financiar seus estudos. Eu diria que as bolsas deveriam ser dadas para alunos de programas de doutorado que estão se preparando para ser pesquisadores, que são a minoria, e não para engenheiros, médicos ou administradores que que estão fazendo mestrados para melhorar ainda mais suas posições no mercado de trabalho.

Como já disse antes, sou a favor de ações afirmativas, política ativas que buscam atrair para os cursos estudantes que de outra forma não teriam acesso, pelas condições de renda da família, ou por pertencerem a grupos étnicos minoritários. Mas as ações afirmativas não podem se

limitar à porta de entrada, precisam estasr associadas a atividades continuadas de apoio para que limitações anteriores de formação sejam corrigidas, e para que os alunos tenham como se manter enquanto estudam. Por outro lado, sempre fui contra usar critérios raciais em políticas de ação afirmativa, me parece que os critérios sociais são suficientes. Como existe uma forte correlação, no Brasil, entre ser pobre e ser negro ou pardo, políticas de ação afirmativa baseadas em critérios sociais automaticamente beneficiam a população de cor, sem a necessidade de impor às pessoas uma identidade racial binária que a maioria da população rejeita (**é curioso observar que, na área da sexualidade, existe um forte movimento contra a classificação binária das pessoas, reconhecendo uma grande pluralidade de orientações sexuais, enquanto que, na área racial, há uma pressão no sentido oposto**). Não ignoro que existem problemas específicos de discriminação associados à cor da pele, que precisam ser enfrentados e corrigidos, mas não existem grupos raciais estanques, e não me parece adequado forçar todas as pessoas a se classificarem como brancos ou negros e distribuir benefícios conforme esta classificação forçada.

Mais ainda, o problema da desigualdade brasileira não está na pós-graduação, o problema está na educação básica. Se a pessoa terminou o curso universitário, ela já superou ou nunca sofreu limitações pela condição socioeconômica ou étnica de sua família de origem, e o fato de ter a pele mais clara ou mais escura não dá direito nenhum. Agora, se uma pessoa é talentosa, tem a expectativa de que possa fazer um bom trabalho e precisa de apoio diferenciado para isto, aí ela deve ser apoiada. Quem está selecionando os alunos para a pós-graduação deveria ter essa perspectiva: "esse aluno aqui talvez não seja academicamente tão bom, mas será que ele promete mais, será que tem mais empenho, será que a história dele mostra que é uma pessoa que tem condições de se desenvolver? Então vamos apostar nele, e vamos fazer o necessário para ele melhorar, para ir em frente".

Marcílio Alves:

E a USP ou a universidade do futuro como sendo um centro não só de reflexão dos problemas da sociedade, mas o centro que propõe a solução dos problemas? Se espera que venham as soluções, mas elas não têm vindo. O governo consegue propor soluções para os problemas sociais como em uma universidade?

Simon Schwartzman:

Penso que a universidade não pode pretender ser a dona da verdade. isso é uma coisa antiga, esta ideia de que "nós aqui é que sabemos, os outros não sabem". Ela está associada também a uma visão unilinear da ciência, em que haveria primeiro a ciência básica, que seria das universidades, e depois a ciência aplicada e os desenvolvimentos práticos, que seriam das empresas e dos governos. Hoje sabemos que não é assim, estas diferentes modalidades de conhecimento ocorrem simultaneamente em diferentes contextos institucionais. Eu fui coautor de um livro sobre "a nova produção de conhecimentos" no qual analisamos isto em detalhe, e propusemos uma distinção entre o "modo 1", mais tradicional, e que a pesquisa acadêmica se organiza de forma separada das aplicações, seguindo as classificações usuais das disciplinas, e o "modo 2", em que predominam os diferentes arranjos institucionais, a interdisciplinaridade e uma concepção não linear de produção do conhecimento .

Para produzir conhecimentos mais avançados e de maior impacto prático, é necessário estabelecer parcerias. Não adianta eu ficar no laboratório pesquisando qual é a melhor maneira de solucionar os problemas da energia do Brasil. Se eu tiver uma parceria com empresas que estão na área de energia, públicas ou privadas, se eu estiver envolvido com as áreas de política de energia, então a pesquisa que eu fizer pode ser mais bem financiada, e o que conseguirmos produzir talvez tenha um impacto maior porque tem gente que vai estar acompanhando e vai estar usando, não é? A grande força do modelo americano de pesquisa são justamente as parcerias que

existem entre as universidades, agências governamentais e o setor privado. O Instituto Nacional de Saúde, National Institutes of Health, é gigantesco e financia uma boa parte da pesquisa universitária na área de saúde; na área militar tem o DARPA, que financia pesquisa em muitas áreas além das militares propriamente ditas; e as grandes empresas do Silicon Valley se desenvolveram ao redor e em parceria com universidades de ponta como Stanford e Berkeley. Essa sinergia pode criar problemas, conflitos de interesse que precisam ser administrados. Mas o ponto principal é que as universidades têm que entrar e disputar espaço neste ambiente complexo de produção de conhecimento e inovação, não podem continuar isoladas e achando que são mais importantes que os outros.

Marcílio Alves:

Uma das motivações para a gente estar criando esse livro é porque nós tínhamos perguntas inquietantes sobre vários assuntos, então nós dividimos as perguntas em temas, etc., mas a gente nota, conversando com o senhor, que para as perguntas que a gente faz o senhor sempre tem respostas, tem uma lucidez sobre muitas questões, não é? Então eu perguntaria se o senhor tem ainda dúvidas, depois de toda essa experiência acumulada ao longo dos anos, dúvidas sobre o sistema universitário, sobre a universidade do futuro, sobre a interação universidade e sociedade, se tem algumas questões que ainda necessitam de mais reflexão, que são candentes na sua interjeição intelectual?

Simon Schwartzman:

Uma coisa que chama a atenção, quando se vê o que está sendo escrito sobre a educação superior fora do Brasil, é que as universidades são somente parte de um setor muito mais amplo. No Brasil muitas vezes as pessoas falam na "universidade brasileira" quando estão pensando na USP ou na Unicamp. Mas estas instituições, embora muito importantes, são somente parte de um conjunto muito maior, formado por instituições muito diferentes. A maior

parte da educação superior brasileira é privada, e mesmo na área pública, poucas têm atividades mais significativas de pesquisa e pós-graduação, e se dedicam primordialmente ao ensino. O Brasil desenvolveu muito pouco a área que chamamos equivocadamente de “cursos de tecnologia”, que são os cursos superiores de curta duração e voltados mais diretamente para o mercado de trabalho, como são as FATECs do sistema Paula Souza. Existe um enorme setor de educação à distância, sobretudo no setor privado, mas que começa também a penetrar no setor público. Então, pensando em uma instituição como a USP, não basta compará-la com um ideal de universidade e ver se ela se aproxima ou se afasta deste ideal, e sim indagar como ela pretende se situar neste sistema mais amplo, quais são suas vantagens comparativas, e que tipo de parceria e divisão do trabalho ela pode estabelecer com outros setores e instituições.

Outro tema que do qual falamos um pouco é a necessidade de dotar as instituições de uma administração central moderna, ágil, efetiva, capaz de disputar recursos e competir por talento em um ambiente competitivo, nacional e internacional. Se mantivermos a universidade em ritmo burocrático, fechado, seguindo rituais tradicionais, ela vai perdendo terreno. Eu vejo com muito pessimismo o sistema federal, que me parece que tende a piorar, porque é muito caro, burocratizado e politizado. Claro que estamos vivendo em uma conjuntura particularmente ruim, com um governo federal hostil às universidades e um orçamento público dilapidado, o que agrava os problemas. Mas, no atual formato, com a quase totalidade dos professores em tempo integral e funcionários públicos estáveis, sem flexibilidade para gerar e gerenciar recursos e estabelecer prioridades, mesmo no melhor ambiente político este sistema está fadado a definhar. No Brasil o sistema privado cresceu para atender a uma massa enorme de alunos que o sistema público não conseguia absorver, em geral pessoas que vinham de uma educação média precária que não conseguiam passar os exames seletivos das universidades

públicas. Criou-se assim uma ideia de que as universidades públicas eram boas, mas elitistas, e as privadas eram ruins e atendiam a pessoas com menos qualificações. Mas isto está mudando, e **o Brasil está se aproximando da situação da maioria dos países latino-americanos, como já ocorre há tempos no ensino médio, em que as instituições públicas se massificaram e o setor privado passou a proporcionar educação de melhor qualidade para as elites.** Já temos um setor pequeno, mas crescente, de instituições privadas que oferecem cursos de qualidade para quem pode pagar e quer se proteger nas incertezas das instituições públicas, e muitas instituições públicas que estão se massificando ser dar atenção devida às características de seu novo público e à qualidade da educação que proporcionam.

As duas principais instituições que aparecem nos rankings internacionais da América Latina são a USP e a Universidade Católica do Chile. A Católica do Chile é relativamente pequena e atua como uma empresa que funciona de forma muito eficiente, estabelecendo parcerias e recrutando muitos dos melhores alunos que saem do ensino médio do país. Ao contrário do que ocorre no Brasil, as instituições privadas chilenas também recebem recursos públicos, as instituições públicas podem cobrar anuidades, e a equidade do acesso é garantida para todos os alunos por um sistema complexo de bolsas, créditos educativos e isenções associadas à renda familiar.

No resto do mundo, na Inglaterra, na França um pouco menos, mas nos Estados Unidos sobretudo, e nos países mais ao norte da Europa, as instituições públicas tendem a ser flexíveis, ágeis, têm uma administração moderna, buscam recursos onde tiver. Não dispensam recursos públicos, mas estes recursos são associados a metas claras de resultados, e não aos custos históricos das instituições.

Os europeus falam muito de um novo pacto entre as universidades e a sociedade. O pacto antigo era: "vocês me dão o dinheiro e a gente faz o que a gente entende que

deve", na presunção de que ninguém melhor do que as universidades sabia o que era bom para elas e para o país. Na Inglaterra havia uma espécie de conselho de notáveis, o University Grants Committee, que todo ano recebia um dinheiro do governo e distribuía em um "gentlemen's agreement" entre as universidades. Este sistema não existe mais, e foi substituído por mecanismos em que o governo indaga "bom, vocês estão fazendo o quê? O que a universidade se propõe a fazer? Isso vai custar quanto? Nós estamos dispostos a financiar isso, isso e isso, vocês querem ou não querem fazer?" Há uma negociação em que as universidades mantêm sua autonomia porque propõem o que vão fazer, não são obrigadas a fazer o que não querem, mas não é uma autonomia absoluta. Então, não é mais um cheque em branco. **As universidades precisam identificar suas prioridades e mostrar o que estão fazendo, e o país precisa de um sistema adequado de avaliação que permita verificar que os resultados pretendidos estão sendo obtidos ou não. É um cenário muito mais complicado do que o antigo acordo de cavalheiros, mas, dadas as dimensões e o alto custo dos sistemas de educação superior, que competem por recursos com outros setores da sociedade, não há como voltar atrás.**

Em 1990 eu ajudei a formar, na USP, o Núcleo de Pesquisa sobre Educação Superior (NUPES) liderado pela professora Eunice Durham, e criamos um comitê internacional de acompanhamento do nosso projeto. Eu precisava em um documento em inglês que descrevesse a USP, não encontrei e acabei eu mesmo escrevendo um. Como era possível que uma instituição deste porte, já no final do século XX, não tivesse uma documentação clara em inglês? Mas o fato é que, internacionalmente, a USP quase não existia, apesar das conexões internacionais de muitos de seus professores e centros de pesquisa.

Ainda hoje, se você olha esses rankings internacionais, a USP, que é considerada uma das melhores ou a melhor da América Latina, está lá na posição 150, 200. É muito

pouco, e espelha o isolamento e o provincianismo que ainda persiste. A USP tem todas as condições de ter uma presença muito mais forte e marcante no cenário internacional, e deveria trabalhar para isto, porque o Brasil precisa. Mas não é uma coisa que possa ser feita por todas as instituições universitárias do país.

Marcílio Alves:

Mas então o senhor veria a USP, ou a universidade brasileira do futuro como uma universidade mais elitista, quando comparada então a esse modelo onde tem que pagar, onde tem a universidade tipo empresa, como a PUC?

Simon Schwartzman:

Instituições de elite são necessárias, em termos de qualidade, mas a USP não precisa se transformar em uma pequena PUC. A USP pode ser várias coisas, vai continuar fazendo ensino de qualidade, pode fazer extensão, pode fazer pesquisa mais básica e mais aplicada, buscando diferentes fontes de financiamento, além do orçamento público. Ela não precisa nem deve fazer uma coisa única, mas, ao estabelecer suas prioridades, precisa ter uma ideia clara de onde se situa no sistema mais amplo de educação superior do Estado e do país.

Quando foi criada a USP Zona Leste, a ideia é que ela seria um outro tipo de USP, com outros tipos de curso, outros tipos de formação, mais prática, mais vocacional, mais tecnológica e aplicada, para alunos provenientes de famílias mais pobres. Mas não deu certo, os professores de lá queriam ser da mesma carreira dos professores do lado de cá, os alunos queriam obter diplomas com o mesmo prestígio, e acabou virando mais ou menos a mesma coisa. Então, foi uma tentativa de criar alguma alternativa, uma diferenciação, que deu errado. A lição, me parece, é que se, por lado, é importante diferenciar e criar alternativas, por outro pode ser difícil fazer com que diferentes culturas convivam, é melhor que diferentes instituições se especializem naquilo que fazem.

Em um sistema de ensino superior nacional tem que **haver instituições ou programas que são de elite, não do ponto de vista econômico, dedicadas a alunos da classe alta, mas que tenham um padrão de qualidade muito alto. É preciso fazer pesquisa de ponta em nível internacional, formar médicos e engenheiro de alta qualidade etc. em cada área do conhecimento. Não se pode renunciar a isso.**

Em muitos países, como na Alemanha, os governos estão identificando as instituições que têm condições de atuar em nível internacional, em termos de ensino e pesquisa, e dando-lhes apoio para isso. Recentemente, a CAPES resolveu implantar um programa de internacionalização das universidades, mas foi uma iniciativa muito tímida. Se um dia o governo resolver priorizar determinadas instituições para receber financiamento para pesquisa ou educação de qualidade, vai haver, certamente, protestos, acusando o governo de discriminação.

Mas não se pode esperar que todos façam tudo, e distribuir os recursos de tal forma que cada um receba um pouquinho, e ninguém tenha condições de fazer nada mais significativo. A pesquisa não é só o salário do professor e bolsas de estudo. Se não houver investimentos em laboratórios, pessoal técnico capacitado, importação regular de insumos e equipamentos, programas de intercâmbio etc., a pesquisa não anda. E não dá para investir em pesquisa de forma igualitária, inclusive porque muitas instituições não teriam capacidade para usar os recursos que recebessem.

A USP é uma instituição que tem condições de ocupar uma posição destaque e atuar em padrão de qualidade internacional. Ela tem um corpo grande de professores e pesquisadores bem qualificados, boa tradição. Ela pode ocupar esse espaço junto com a Unicamp e algumas outras instituições. Talvez não como um todo, mas em determinadas faculdades e departamentos. Em várias universidades federais, como na UFRJ, UFMG, UFRGS, UFPE, existem áreas de pesquisa de qualidade que necessitam e poderiam fazer

bom uso de investimentos de pesquisa mais significativos. Não me parece que faça sentido, a não ser em instituições pequenas e homogêneas, esperar que todos os professores, faculdades e departamentos tenham os mesmos objetivos de pesquisa e pós-graduação, e trabalhem no mesmo nível, recebendo os mesmos recursos. Quando, nos anos 60, tínhamos poucas universidades e poucos alunos, era possível pensar que todas elas seguiriam o mesmo modelo e seriam igualmente financiadas. Hoje temos 8 milhões de estudantes e milhares de instituições públicas e privadas de ensino superior. Esta população é muito diferenciada, tem condições e objetivos distintos, e é natural que ela seja atendida por instituições também muito distintas, e não segundo um modelo único. É o que acontece no mundo inteiro.

Amâncio Oliveira:

A ironia é que quem falar isso em uma eleição para reitor perde a eleição, não é? O que demonstra que o sistema de escolha está errado, na minha avaliação.

Marcílio Alves:

Eu gostaria também de encerrar, não só agradecendo ao professor Simon Schwartzman, mas também dizendo que eu gostaria de me ver no futuro com essa clareza. Então esse livro talvez nos ajude a tornar claras as nossas ideias, os nossos conceitos. E eu espero um dia chegar lá também, e ter essa clareza em questões tão difíceis, tão complexas, tão polêmicas e etc., e foi bem demonstrado aqui que é possível ter uma saída intelectual para isso, não é?

Simon Schwartzman:

Existe, hoje em dia todo um corpo de pesquisadores, centros de pesquisa e publicações especializadas que se dedicam ao tema da educação superior, com uma grande profusão de estudos nacionais e comparados. **Quando criamos o NUPES na USP no início dos anos 90, o objetivo era criar o primeiro centro de pesquisas brasileiro sobre o tema. Por várias razões, o NUPES não prosperou, mas**

existe hoje, no Brasil, uma pequena comunidade de especialistas em educação superior que participam das redes internacionais de pesquisa sobre o tema. Quando começamos a olhar para o Brasil em uma perspectiva comparada, vendo que está ocorrendo em outros países da região, e sobretudo o que está fazendo a Austrália, o que estão fazendo os países escandinavos, o que está fazendo os Estados Unidos, o que está mudando, quais as discussões na Europa, na Holanda, como é que o Japão está lidando com isso, a China, percebemos como ainda estamos isolados. O mundo é muito mais complicado, muito mais dinâmico, e a gente costuma ficar muito olhando o nosso umbigo, a nossa experiência, a nossa história, o que é ruim, porque o mundo está andando muito rápido, e a gente não está olhando.